

OS PROCEDIMENTOS IDEALISTA E MATERIALISTA DO INVESTIGADOR NO TRABALHO DE CAMPO

Cícero José Alves Soares Neto*

Objetiva-se refletir, neste escrito, acerca de um problema específico na formação do pesquisador de campo: o procedimento idealista ou materialista do investigador no trabalho de campo. Porém, não se cogita abordar a questão num prisma abrangente a todos que enveredam por um trabalho de campo, pois esta preocupação limita-se aos que se dedicam ao espaço das Ciências Sociais. A reflexão tem, pois, um terreno restritivo para caminhar: o pesquisador social. Entretanto, não se propõe atacar a preocupação num nível especulativo aos pesquisadores sociais, pois faltam parâmetros teóricos e concretos para o aprofundamento do problema. Enfim, prende-se a abordagem da questão à prática de um caso particular, à de uma pesquisa de campo que serviu ao projeto que rendeu numa dissertação de mestrado: **O Seridó e os Votos de Porteira Batida**. Contudo, isto não quer dizer que se ficará unicamente preso aos limites desta experiência de pesquisa de campo, pois, na realidade, este caso particular servirá como um ponto es-

tratégico (concreto) em torno do qual se dará a reflexão que visará lançar pontos de discussão. O debate tem, em alguns momentos, os manuais de métodos e técnicas de pesquisa social como alvo; em outros, não os atinge, diretamente, pela própria ausência de abordagem da questão pelos manuais. Apesar de tê-los como parâmetros na contra-argumentação, não se precisa quais são os manuais, se X ou Y. Enfim, estes (os manuais) expressam uma postura que se pretende criticar no desenvolver deste trabalho.

De onde brota o interesse por esta questão? Antes, **o que** constitui o centro da preocupação ou seja, qual é a base da questão? **Para que** a colocação do problema? Enfim, **para quem** (realmente) se destina a reflexão do ponto em reflexão?

Este trabalho, com uma preocupação metodológica, visa abordar tanto no nível empírico, quanto no teórico, a relação macro-micro no processo de investigação do pesquisador de campo.

* Professor do Departamento de Pedagogia/UFU

O interesse por esta relação macro-micro no trabalho de um pesquisador de campo advém, por um lado, de uma recente experiência de seis (6) meses de um trabalho de campo numa comunidade do sertão nordestino (o Seridó, Estado do Rio Grande do Norte) e, por outro, de uma perspectiva de linha de trabalho, ou seja, de uma visão de mundo. Com outras palavras: existe um passado (a experiência de campo) que despertou, a nível individual, o quanto se encontra inexplorado um concreto que foi até agora tratado à distância (no sentido macro). Detectou-se o quanto se analisa um determinado espaço sem ser com elementos aproximados (pelo menos) do movimento real deste campo determinado. Ou melhor, sentiu-se que existe uma interpretação esboçada a nível macro que escamoteia a realidade, pois não colhe de forma fidedigna o real e, assim, com um registro não-próximo da situação dada, distorce-se a análise — a interpretação — sobre um certo e determinado fato.

Concretamente, propõe-se e abordar **o que** na questão?

Objetiva-se mostrar que, numa dada época, são vigentes certas teorias que refletem os interesses de uma classe e, aí, num campo específico, o da pesquisa, são elaboradas teorias de pesquisa que registram o real de forma distorcida ideologicamente. Em cima de tais dados, desenvolve-se uma análise que interpreta a realidade

de forma ideológica, também. É, pois, o objetivo central deste escrito evidenciar o caráter falso do registro que se faz ao se camuflar a relação macro-micro, pois se o privilégio recair sobre aquela face (macro), desconhece-se as especificidades do micro que fazem parte do macro. Se se privilegia o micro, pode-se correr o risco de perder a essência do macro. Enfim, perde-se o movimento real, o concreto. Propõe-se, portanto, uma crítica aos pressupostos teóricos forjados numa visão mecanicista que não consegue enxergar esta visão macro-micro num trabalho de campo. **O que** se quer dizer com visão mecanicista?

No Brasil, nas Ciências Sociais, de forma predominante, existe uma transposição mecânica de procedimentos de investigação da realidade europeia e norte-americana sem um questionamento crítico, nem um procedimento de adaptação do instrumental de pesquisa ao real brasileiro. Existem especificidades do mundo de cá que não permitem o uso de técnicas e instrumentos que servem ao mundo no qual foram criados. Ou seja, copia-se uma metodologia de pesquisa que é parte do alto (ou que vem do alto) para baixo sem se ter noção de que é montada sem nenhuma base no contexto social no qual está sendo aplicada. Com outras palavras: usa-se uma certa e determinada técnica de pesquisa que foi construída em dadas condições externas ao real brasileiro e que, aqui, não consegue

captar o movimento real, o concreto. Portanto, o que se visa demonstrar é a defasagem que se encontra entre um conjunto de preceitos teóricos de manuais de métodos e técnicas de investigação social editados e publicados na literatura nacional de Ciências Sociais e a realidade brasileira. Esses trabalhos, no fundo, são expressão mais autêntica de tal linha de transposição mecânica de procedimentos de investigação social. Porém, o que fazer diante de tal problema? E o avanço que se encontra em alguns dos pressupostos teóricos dos manuais de metodologia?

Coloca-se a questão com a pretensão explícita de criar um espaço crítico de um material instrumental que pode ser adaptado dentro de um conjunto de especificidades que nos são peculiares. Assim, visa-se partir de um senso crítico para o trabalho de pesquisa que se conduza de baixo para cima, isto é, consiga extrair e coletar os dados que sejam a manifestação mais aproximada possível do movimento real do concreto brasileiro. Enfim, que se consiga atingir as especificidades da realidade num determinado momento por uma via que obtenha o registro do movimento concreto.

Para isto, portanto, é mister criticar uma via colonizadora nas Ciências Sociais de origem européia e norte-americana e, também desenvolver uma criatividade nos instrumentos de trabalho de cam-

po, pois se faz necessário criticá-los com o objetivo e a pretensão de torná-los aptos ao trabalho num mundo determinado. Recusa-se, por conseguinte, a autoridade teórica como expressão de "modelos prontos" para uma dada investigação de campo. Na verdade, refuta-se "tecnicamente" uma técnica imposta, pois, ao aplicá-la no real, percebe-se, através da mediação do trabalho de execução, que existe uma deformação entre a "receita teórica" (ideológica) e o espaço no qual se aplica a técnica. Visa-se, portanto, tornar dinâmica uma certa técnica de pesquisa com o fim de criar a instrumentalização do método de trabalho de campo (porém, isto não quer dizer que o método de trabalho limite-se a operacionalização da técnica). Nega-se, por um lado, um saber (a técnica é expressão de tal saber) pronto, acabado e similar a um produto industrializado e vendido (ensinado) num mercado (numa escola) do saber; e, pelo outro, luta-se por uma superação de tal proposta tradicional de base acrítica e destituída de fundo real. Visa-se, assim, recriá-lo e reinventá-lo incessantemente através de uma proposta que recrie e reinvente a cada instante a técnica como expressão de um vai-vem constante e material, ou seja, objetiva-se o conhecimento do concreto no qual se deve privilegiar o **como** (o método de trabalho) e, assim, nega-se uma proposta de um conhecimento abstrato — e ideológico — sem base no real. Com outras palavras: refuta-se uma concepção

que se embasa no idealismo da pesquisa, pois não se tem condições de uma previsão metodológica sem fundamentação no concreto.

Este raciocínio teórico embasa-se em fatos empíricos de uma experiência de trabalho de campo no sertão nordestino, mais precisamente no Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 1983, no espaço de seis (6) meses (de janeiro a junho). E que fatos são e estão embasando esta reflexão? Ou melhor, como se fundamenta esta crítica através de um certo e determinado trabalho de campo?

Para o desenvolvimento da questão, é preciso enfrentar o problema em dois níveis: o documental e o oral. No documental, sistematiza-se a questão em pública (oficial) e privada (particular). No oral, define-se a entrevista como técnica de interesse, (pois poderia ser uma outra: o questionário, por exemplo). Porém, o aprofundamento da questão irá privilegiar de forma sistemática a fonte documental. Contudo, na fonte oral se irá tecer apenas alguns comentários sobre pontos específicos para um posterior aprofundamento mais metódico, tanto a nível teórico, quanto a nível empírico.

De um modo geral, tende-se a alegar nas pesquisas documentais a falta de fontes documentais organizadas para o tratamento de certos e determinados temas. Por exemplo: os estudos demográficos.

Por um lado, são estimativos os recenseamentos brasileiros (iniciais) e, por outro, são imprecisos e não confiáveis os dados de outras fontes oficiais estaduais. Apesar disto, em cima de tais dados são esboçadas interpretações sem nenhum questionamento sobre a origem ou o método de obtenção dos dados que constituem o fundamento de uma dada análise. Em suma, monta-se uma interpretação que não se embasa em registros expressivos do movimento real, isto é, forja-se uma análise que não é a expressão do concreto — não se quer, porém, argumentar que a rigorosidade do registro ofereça subsídios (dados) para uma interpretação. Esta é também uma visão mecanicista —. Entretanto, como superar este problema? O que fazer diante de tais obstáculos reais? Existem saídas?

Contrapõe-se, a nível local, as fontes (quase inexploradas) documentais de paróquias, de cartórios e de prefeituras do interior brasileiro. Existe uma trajetória a ser percorrida no sentido de recuperação a nível macro o movimento registrado no nível micro em tais fontes isoladas, pois elas (as fontes) são, concretamente, cada uma a seu modo e campo de ação, instituições que registraram os fenômenos sociais sob várias óticas. Contudo, existe quase um desconhecimento sobre os acervos documentais em tais fontes, ou seja, monta-se uma linha teórica de pesquisa (ideológica) que não menciona a importância de um docu-

mental (registro) preservado sob condições assistemáticas (não metodicamente tratadas, de um modo geral). Assim, uma recuperação de tal elemento, o dado primário ainda desconhecido, passaria por um novo método de trabalho que se embasaria na discussão das fontes descobertas e na formação de integrar as informações dessas três fontes públicas: paróquia, prefeitura e cartório; pois cada uma delas documentou e registrou o real a seu modo. Portanto, por um lado, existe uma proposta explícita de tratar acervos documentais públicos não-investigados (a grosso modo) numa perspectiva de recuperação documental integrada das fontes dos cartórios, das paróquias e das prefeituras; e, pelo outro, também se propõe o **cuidado** de trabalhar tal material num método que brote do conhecimento do documento, ou seja, que venha da informação dada pelo documento desconhecido, pois não faz sentido definir **como** tratar um certo objeto sem um mínimo de conhecimento desse mesmo objeto. Ou melhor, seria uma auto-negação da visão de crítica a via colonizadora ou de dependência cultural nas Ciências Sociais.

A nível da fonte privada (particular), de uma forma geral, é dito que existem poucos arquivos particulares organizados e preservados. Esta afirmação está relativamente embasada no concreto. Apesar disto, pode ser refutada. Como? Por onde fazer?

Se, numa determinada cidade, houver um mapeamento por zona ou por vila (bairro, jardim, subúrbio, etc), pode-se descobrir arquivos particulares preservados. Com uma pesquisa de campo, lenta e sistematicamente desenvolvida, há de se encontrar um inesgotável acervo documental em mãos de particulares. Duvida-se desta realidade bastante próxima da gente?

Por conseguinte, a proposta tem dois campos de ação: as fontes públicas e privadas. Em cada uma delas a estratégia de obtenção do material é diferente, isto é, a forma de como tratar cada campo é específico em virtude da realidade de cada um deles. Mas, a estratégia só tem sentido se definir o método de trabalho no concreto, pois não se cogita de prever uma maneira de proceder se não se delineou ainda o real a ser investigado. Fica, portanto, evidenciado o seguinte: a questão de método (de como trabalhar) está ligada ao concreto sobre o qual se propõe algo e, também, às condições teóricas que se impõem numa certa época que se colocam encobrindo ou negando a maneira de proceder num trabalho de campo numa realidade específica. Não se idealiza, por conseguinte, uma forma de tratar a fonte documental ainda a ser trabalhada, pois não se pretende dar receitas sobre algo que precisa ser conhecido concretamente. Novamente, nega-se, então, o idealismo no trabalho de campo que só tende a bloquear o

pesquisador na sua investigação criativa.

A fonte oral, talvez em virtude da expressividade do analfabetismo, está relegada a um plano secundário (não se cogita porém, de dar uma explicação simplista — redução — do motivo pelo qual a fonte oral é posta num nível secundário, pois é bem mais complexo do que isto). Todavia, a intenção aqui é lançar alguns pormenores acerca da fonte oral com o objetivo de um posterior aprofundamento mais sistemático. Apesar de se destacar uma técnica, a entrevista, não se visa justificá-la em detrimento de outra, como o questionário; nem se envereda pela abordagem intrínseca da entrevista em si (livre, estruturada, diretiva, etc); isto é, não se levantam critérios internos, nem externos à técnica para privilegiá-la. Enfim, a escolha do tratamento da questão recai na escolha da técnica da entrevista como canal (veículo) de tratamento da fonte oral.

Metodicamente, são postas duas questões: **quem** presta depoimentos orais e **em que condições** depõe? Ou melhor, estas duas questões estão ligadas a duas outras: **o que** e **como** se registra a fonte oral? Ainda de uma forma sistemática, se faz necessário por a abordagem do tema em dois níveis: o nível das condições reais de existência (o concreto) e o nível da percepção simbólica de tais condições concretas.

Os trabalhos de campo, de um modo geral, na pesquisa oral, privilegiam os testemunhos que oferecem a percepção das condições reais de existência em detrimento do testemunho que vivencia o concreto. Dito de outra forma: os depoimentos coletados são de pessoas que conhecem o fato ao invés de pessoas que participaram do ato. A tendência predominante, então, é a de registrar não o real e, sim, a concepção do real como se esta chegasse a corresponder ao real. E para obter tal meta (o testemunho) é preciso que se chegue aos que detêm uma escolaridade média, pelo menos; pois são vistos como portadores da capacidade de percepção do real, isto é, são instruídos para a prestação de depoimentos, não se quer, porém, negar a proposta que visa justamente este processo com o fim de analisar a concepção simbólica da realidade: a ideologia da classe dominante ou da classe dominada).

Concretamente, no nosso trabalho de campo propriamente dito, surgiram duas questões em dois momentos distintos da pesquisa: antes da entrevista e depois da entrevista. Naquela, uma total descrença sobre a proposta de entrevista a pessoas semi-analfabetas, ou melhor, eleitores que saibam apenas rabiscar o nome, pois, segundo o descrédito (ideológico), não possuem capacidade de dizer nada ou não sabem de nada. Nesta última, uma desconfiança do tempo de material coletado na

fonte oral com eleitores nascidos no século XIX, pois é expressivo: 600 minutos. Enfim, uma total descrença quanto à pesquisa oral com pessoas velhas, semi-analfabetas e pobres. Com outras palavras: a lógica do pensar capitalista relega ao abandono a veia investigatória que reside nos homens que conseguem chegar à terceira idade e foram trabalhadores.

No contexto deste fato concreto, lança-se a questão final: **por que** não se investiga a realidade do oprimido com o testemunho do próprio oprimido? Ou melhor, **a quem** fere o testemunho do real sem a intermediação simbólica dos letrados? Enfim, **contra quem** fala o depoimento oral de uma pessoa dominada?

BIBLIOGRAFIA

- CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis, UFSC, 1978. 91 p. (Ensaio Catarinenses)
- DAUMARD, Adeline et alii. **História Social do Brasil: Teoria e Metodologia**. Curitiba, Ed. Univ. Fed. Paraná, 1984. 259 p.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (coord.). **A História Social: Problemas e Métodos**. Lisboa, Cosmos, 1973. 348 p.
- SOARES NETO, Cícero José Alves. **O Seridó e os Votos de Porteira: Um Estudo Monográfico sobre o Coronelismo no Rio Grande do Norte**. Campinas, dissertação de mestrado defendida no IFCH/UNICAMP, 1984. 181 f.
- THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 2. ed. São Paulo, Polis, 1981. 270 p. (Teoria e História, 6)
- TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo, Ática, 1974.